

Conferência: Os Valores da Nação e o Papel das Forças Armadas nas Sociedades Desenvolvidas

Revista Militar



Conferência

Os Valores da Nação e o Papel das Forças Armadas nas Sociedades Desenvolvidas

Objectivos

A Conferência antecede o Encontro de ex-combatentes, enforma dos mesmos propósitos fundamentais deste Encontro nacional, e pretende constituir-se como um momento de reflexão para o entendimento do passado, e para a elaboração de uma perspectiva fundamentada sobre o enquadramento da Instituição Militar na sociedade do futuro.

Considerando como imutável a necessidade permanente da defesa de valores e interesses relevantes para a continuidade da Nação, importa analisar, de forma global, os factores de coesão que a fortalecem, os riscos possíveis que poderão contribuir para a sua degradação, e as formas mais adequadas para minimizar vulnerabilidades e explorar oportunidades.

Será sempre no enquadramento destes valores e interesses, cujo nível de satisfação corresponderá a um grau de dignidade nacional e de aceitação de segurança, que a acção militar poderá vir a ter lugar, na situação extrema, não desejada, de intolerância e incapacidade de negociação pacífica, ou de graves quebras de segurança.

A atitude de disponibilidade para enfrentar a situação drástica, que corresponde a uma dedicação ou serviço a uma causa, deve ser permanentemente reconhecida pela Nação, pelas razões óbvias decorrentes.

A potencialidade de emprego da força militar constitui uma sua característica peculiar e

Revista Militar N.º 2479/2480 - Agosto/Setembro 2008, pp 901 - 0.

:: Neste pdf - página 1 de 13 ::

que está na base dos valores que a orientam, o que significa uma prontidão permanente para o combate, para enfrentar as situações de necessidade absoluta de afirmação ou de insegurança extrema. Tal caracterização, decorrente da necessidade da sobrevivência nacional, e de um exercício de dissuasão permanente, implica numa necessidade de compreensão destes princípios pela generalidade dos cidadãos nacionais.

A Conferência tem por finalidade promover um debate sobre a caracterização da situação estratégica actual, os principais desafios que se colocam às Nações, e em decorrência, os aspectos essenciais da aplicação da força militar, tendo em conta as tendências que se vão desenhando, por força da tecnologia, da globalização, dos novos riscos e ameaças e das ideias políticas e sociais prevaletentes.

Assumindo a imposição de uma mudança, ou transformação, ainda que em termos evolutivos, a todos os níveis e devido a factores de várias naturezas, importa reflectir sobre as formas possíveis dessa mudança e sobre o que se deverá considerar como pre-requisito ou essencial.

Pretende-se que esta análise seja efectuada segundo uma perspectiva não institucional, segundo a visão do cidadão, e sem influência de estereótipos de natureza política, e que sejam avaliados os efeitos da mudança não só nos aspectos militares, mas também, em decorrência, nos planos do social e do político. Se por hipótese a defesa nacional evoluísse para formas ainda não totalmente caracterizadas no presente, qual poderia ser o impacto dessa evolução na organização social e política, e em particular nas formas de relacionamento entre a Instituição Militar e a Sociedade?

Reitera-se a importância da continuidade dos referenciais básicos que deverão sempre orientar as formas da aplicação militar, e que serão, entre outros, os valores nacionais e os valores da relação entre camaradas potencialmente expostos a situações extremas, do ponto de vista físico e moral, no cumprimento de objectivos transcendentais, e por natureza, de elevado risco, cumprimento esse que exigirá, por princípio, o maior sacrifício e empenhamento.

Pretende-se reflectir sobre as formas possíveis do reforço da segurança dos cidadãos, sem prejuízo significativo dos direitos e das liberdades, e neste propósito efectuar a prospecção possível sobre a evolução na materialização dos conceitos de segurança e defesa, e sobre as consequências dessa evolução nos vários campos da vida colectiva.

A justificação da reflexão que se propõe resulta da percepção da existência de paradigmas relativamente ambíguos, onde a segurança e a defesa não são contemplados de forma objectiva na agenda política.

Afigura-se que este facto constitui uma insuficiência com resultados potencialmente negativos num futuro possível, dado que se privilegia o imediato, no pressuposto da paz perpétua, na convicção da eficácia ilimitada da gestão pacífica dos conflitos, por forma a conduzir sempre a situações de não-violência, na negação da réplica nos países desenvolvidos, dos exemplos de paroxismo que se manifestam por todas as partes do Mundo, na relutância na aceitação da prontidão da força como elemento regulador, e na

crença de que a sua elevada prontidão em tempo de paz facilita a aproximação da guerra.



Sessão de Abertura

Comunicação do Presidente da Comissão Executiva do XV Encontro de Combatentes, General Piloto-Aviador Manuel José Taveira Martins

Exmo Sr General Ramalho Eanes, é um prazer ter vossa Excelência entre nós.

A Comissão agradece ter aceite o convite para presidir a esta Conferência, muito obrigado pela sua disponibilidade, bem haja por se querer juntar a nós nesta data tão significativa.

Exmos Srs Conferencistas e Exmos Srs Moderadores, muito obrigado pela disponibilidade e o tempo dedicado a esta Conferência. Em nome da Comissão quero expressar o meu sincero agradecimento à abertura a esta causa nobre, mas muito esquecida no nosso Portugal.

Exmos Senhores Convidados a Comissão agradece a presença de todos.

Revista Militar N.º 2479/2480 - Agosto/Setembro 2008, pp 901 - 0.

:: Neste pdf - página 3 de 13 ::

Minhas Senhoras e meus Senhores.

A Comissão Executiva do XV Encontro Nacional de Combatentes, entendeu que seria pertinente alongar o momento de reflexão que resulta da cerimónia simples mas significativa que tem todos os anos lugar junto ao Monumento aos Combatentes do Ultramar, em Belém, no Dia de Portugal. E nesse sentido se organizou a presente Conferência, com o apoio da Revista Militar e da Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional.

É o dever de cidadania que nos move, recolhendo as nossas experiências diversificadas, para a promoção de um debate sobre os valores da Nação, sobre a raiz da nossa identidade, e sobre a forma de cultura desses valores, incluindo a necessidade da sua defesa. Na perspectiva com que o encaramos, que é na base dos valores e não dos interesses particulares, julgamos ser um debate raro na sociedade materialista do nosso tempo.

Em nosso entender é importante que a sociedade crie uma visão global, sem preconceitos, sobre a questão nacional e sobre as formas possíveis para a sua resolução permanente, incluindo os aspectos dramáticos da sua sobrevivência, nos casos limite, possíveis e inesperados - uma visão racional, sobre os seus contornos, sem necessidade de aprofundar matérias do âmbito técnico ou institucional que são tratadas nas sedes competentes.

É a visão do cidadão empenhado na promoção da sua Nação, e enformada pelos princípios, pelos valores e pelas referências fundamentais que aqui irão ser expostas por personalidades de elevado mérito, com os contributos da experiência de vida de cada um de nós.

Pretende-se que a reflexão seja serena, objectiva e que possa fornecer um contributo para ajudar a pensar Portugal para além dos horizontes das nossas vidas, não apenas em termos materiais concretos do bem-estar, mas fundamentalmente em espírito, em ideia de futuro colectivo, de desenvolvimento humano pleno. É preciso reflectir sobre o que nos motiva para fazer parte da Nação, que desafios poderemos enfrentar, que riscos se poderão colocar nos caminhos do nosso destino colectivo, que importância deverá ter o nosso legado pátrio. É preciso criar a consciência de que as ideias que levaram à constituição da entidade colectiva com que nos identificamos, e que fomos criando ao

longo da História para nosso desenvolvimento humano, também podem sucumbir e, como tal, necessitam de ser cultivadas - importa que se defina como se deverá criar ou desenvolver essa cultura.

Não nos movem sentimentos extremados, num sentido ou noutro, da exacerbação que faz perder a racionalidade, ou da resignação a um destino que outros queiram determinar.

Queremos fazer a distinção em relação a essas correntes, na forma e no conteúdo das propostas. O tema não é fácil, e talvez seja por esta razão que ele não é abordado com frequência, ou que é algumas vezes utilizado para fins que não são os que nos propomos hoje.

Queremos que o debate seja elevado, numa clarificação de ideias, e não na promoção de outros interesses que não sejam o interesse nacional.

Nos momentos das rupturas, se elas vierem a surgir, e que ninguém desejará, queremos acreditar que os cidadãos voltarão a estar disponíveis para os maiores sacrifícios, se a Nação assim o exigir, porque consideram ser esse o valor mais elevado. Mas também temos a convicção de que a frontalidade com que estas questões se tratavam nos séculos passados, deu lugar a formas subtis de corrosão das soberanias, nas suas várias vertentes, para as quais deveremos estar atentos. Daqui a justificação do debate que propomos. E neste contexto, parece que as Forças Armadas, sem prejuízo do seu objectivo fundamental, deverão estar preparadas para estes novos tempos; também aqui se impõe uma visão, mais do que um desenho concreto da sua configuração, que como já dissemos será da responsabilidade das Instituições pertinentes.

Não pretendo tirar conclusões antecipadas desta Conferência, apenas procurei clarificar os propósitos que a enformaram e justificar a sua realização. Serão os senhores participantes que julgarão da oportunidade e da essência deste evento em que estamos a participar, assim como das preocupações elevadas que o momento histórico lhes suscita. Para além do direito e do dever de cidadania, não nos move, aqui e agora, a reivindicação de outros direitos que não sejam o do reconhecimento e do respeito, assim como do direito ao exercício de pensar.

Para finalizar gostaria de agradecer uma vez mais a disponibilidade dos senhores

conferencistas e dos senhores moderadores e de todas as pessoas que tornaram este evento possível, assim como de todos aqueles que aderiram à nossa ideia e que aqui marcaram presença e desejam os melhores frutos para a discussão que se irá seguir.

Bem hajam.

Comunicação do Presidente da Direcção da AACDN, Major General Médico Joaquim Augusto Silveira Sérgio

É com sentida honra que a AACDN se associa à louvável realização desta Conferência, que tem como pano de fundo os Combatentes das FFAA.

Digo louvável, mas poderia acrescentar notável, já que não são frequentes as oportunidades criadas no sentido da necessária abertura para a discussão de matérias que podem contribuir para o esclarecimento e consolidação do papel de quem combateu e combate em nome da Pátria. Ao dizer Pátria, de modo nenhum me vinculam preceitos retóricos da necessária adaptação do discurso ao auditório, nem me orientam intuítos persuasivos, mas, tão só, o de querer precisar o termo à envolvimento da partilha de preocupações, interrogações e hipóteses de trabalho para o futuro.

Ser-se, ou ter-se sido, Combatente, deverá ser sempre motivo de orgulho e não de vergonha. Orgulho, porque se demonstra ser possuidor de uma abnegação, coragem e determinação, fora do comum. Esta síncrese de virtudes, que se quer mantida e continuamente cultivada, de modo nenhum pode ser encarada como paradigma de vergonha, uma vez que o combatente cumpre as determinações, encaradas pelo poder vigente na ocasião, como de importância insofismável para a defesa dos superiores interesses da Nação, apesar de, na sua consecução, se poderem vir a cometer erros.

A História, e de uma forma desapaixonada, bem tem demonstrado o valor do combatente português, apesar do jacobinismo militante de certos profetas da desgraça que procuram apoucar os seus feitos. Esta visão desfocada prejudica a imagem de seriedade e a legitimidade teleológica das FFAA perante a Sociedade Portuguesa.

Se é um dever a Nação render homenagem aos seus Combatentes, parece-nos, contudo,

que o melhor modo de os honrar, para que o seu sacrifício não tenha sido em vão, reside na preparação dos cidadãos para os confrontos do futuro.

É que, os confrontos que se adivinham, não são menos intensos que os de outrora e interessam, mais do que nunca, a todos nós.

Esta verdade, de contornos óbvios, mal esconde uma outra a de, se quisermos ultrapassar as batalhas do futuro, necessitarmos, a par das qualidades acima enunciadas, uma maior acutilância, estratégias bem definidas e coordenadas.

Anteriormente, sabia-se onde se posicionavam as ameaças. Actualmente, as mesmas, sendo mais subtis, apresentam-se de contornos esfumados e interiorizadas nos nossos limites, a par de um travestimento de grandes promessas e sempre acompanhadas de laudatórios visando, preferencialmente, os referenciais que se constituem estruturais de qualquer Nação.

Na medida em que afectam a cultura interna, comprometem a compreensão coerente e original do entendimento da necessidade de Defesa, atraindo personalidades motivadas pela miragem de compadrios sociais ou económicos, abrindo, deste modo, o campo a desvios denotadamente prejudiciais e de difícil recuperação, ao mesmo tempo que afastam os resistentes, a quem tais manobras causam mais perplexidade e desconfiança do que reconhecimento da sua utilidade e esperança.

A este propósito, permitam-me que cite, para terminar, Karl Popper no seu livro *O Realismo e o Objectivo da Ciência acerca da Verdade* - que consiste na concordância dos factos com o que se afirma, sendo que a procura da Verdade é sempre um processo de aproximações sucessivas por novas conjecturas que refutam as actuais e que relativamente a elas se mostram mais adequadas.

Deste modo, só com base num conhecimento e numa preparação evolutiva se podem vencer as batalhas deste futuro tão enigmático. E disso, as FFAA, têm perfeito conhecimento, assim o entenda a própria Sociedade - como Desígnio Nacional.

Diz Rafael Alvira: “vivemos no tempo da democracia. Representa, ela, a forma e o fim da sociedade moderna, e não só uma forma de governo. E o coração da democracia está na ideia de Sociedade Civil” que é “sua fonte e motor”.

Fonte que, em permanência, deve frutificadamente «irrigar» a democracia, através da prática generalizada de uma responsabilidade social, que, decididamente, contribua para melhor preservar e desenvolver a sociedade.

Motor que não trabalhe em «ponto morto», em poluente desperdício energético, mas que, antes, responda com oportuna sensibilidade e com a «mudança de velocidade» adequada aos desafios de sempre: os da modernização económica, os da integração social, enfim, da libertação do sujeito.

Sociedade Civil que, assim, saberá:

- Guardar a sua personalidade distintiva, o campo de actuação específico das suas diferentes organizações autónomas face ao mercado e ao poder político;

- Disponibilizar capacidade para tratar o poder político, com o respeito e a exigência que a sua distintividade e dignidade institucional requerem;

- Estabelecer com o poder político uma justa e dinâmica interacção, em que lugar não tenham infaustas e perversas «sacralizações», nem nefastas e socialmente desresponsabilizantes diabolizações.

Assim sendo, dinâmica, exigente e sistemática será a interacção da Sociedade Civil com o poder político, interacção em que natural lugar terão as sugestões, as perguntas, as reclamações, as exigências de legitimação do exercício, à esfera estatal e, por seu intermédio, à esfera económica. Sociedade Civil, enfim, que só poderá ser verdadeira e operacionalmente fonte e motor da democracia, se, em cada momento, e em especial nos

momentos conjuntural ou estruturalmente graves, tiver uma atitude e desenvolver uma acção de actor, e mesmo de autor, empenhado, preocupado, ético-politicamente, em exigir não só resposta competente ao conjunto de garantias institucionais que aos cidadãos são devidos (uma liberdade negativa lhe chamou Touraine), mas também em exigir que a democracia seja “a luta de sujeitos na sua cultura e na sua liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas”.

Só poderá ser verdadeira e operacionalmente fonte e motor da democracia se for, enfim, como diz Robert Fraisse, sempre, “a política do sujeito”¹.

Momento grave, policrísico lhe chamaram já, é o actual, a exigir, com renovada e urgente premência, uma Sociedade Civil organizada, informada e consciente, autónoma, socialmente responsável, politicamente empenhada e exigente.

Não é este local, nem esta a oportunidade de abordar tão magna quão complexa questão. Momento é, este, para, em obediência ao propósito que consignaram a este Encontro, se abordar a situação das Forças Armadas - a segurança e defesa - no contexto especial em que o país vive.

Nessa abordagem - e em minha opinião - interesse haverá em:

1. Abordar o desinteresse, o divórcio, mesmo, que parece existir entre a Sociedade Civil, o seu Estado e as Forças Armadas;
2. Indagar abertamente a sociedade da necessidade real em continuar a dispor de Forças Armadas;
3. Aceitando a Sociedade Civil, a necessidade de Forças Armadas, definir as missões que lhes atribui e os meios que está disposta a destinar-lhes;
4. Discutir a quem deverá caber a decisão de utilizar as Forças Armadas em guerras de natureza ofensiva.

1. Divórcio entre a Sociedade Civil, o Estado e as Forças Armadas

Complexa não será a resposta à primeira questão. Para não repetir o que todos, aqui, sabem, limitar-me-ei a referir que a diferença radical de recrutamento das Forças Armadas, hoje em dia, feito com base no voluntariado, deu acrescida acuidade e esta questão. Abolida a conscrição no recrutamento das Forças Armadas, cortada ficou a comunicação umbilical que uma parte significativa da Sociedade Civil mantinha com a Instituição Militar, feita através dos seus familiares em serviço naquela Instituição. Passou, assim, a ser bem menor a atenção e a preocupação da Sociedade Civil com as suas Forças Armadas, com a sua utilização pelo poder político, com as baixas que sofre em campanha (a comprová-lo, com evidência, está a diferença de comportamento da Sociedade Civil americana, relativamente ao que aconteceu no Teatro de Operações da Indochina e acontece no do Iraque).

Diminuindo o interesse da Sociedade Civil pelas Forças Armadas, afectada é negativamente a sua intercomunicação, o conhecimento mútuo, só ele capaz de gerar a confiança e reduzir preconceitos.

É verdade que sempre a Instituição Militar se encontrou relativamente afastada da Sociedade Civil, que nutria por ela certa incompreensão, apesar da sua ligação umbilical à Sociedade Civil.

Diz Grimaldi, com alguma razão, a propósito da comunidade militar: “Passada a porta de armas está [-se] etnologicamente, etologicamente, sociologicamente no estrangeiro. Nitidamente materializada por outra espécie de barreiras, de guaritas, de muros, a fronteira é por demais manifesta”². “A sociedade militar não se dilui na Sociedade Civil (...). Está na Sociedade Civil como ilha fortificada no mar”³.

Hoje, pelo que se referiu, em especial pela «mercenarização» das Forças Armadas, a incompreensão e incomunicação da Sociedade Civil relativamente à Instituição Militar será seguramente maior e será crescente porque, nesta era de excessiva mediatização, responsável é, também, a Instituição Militar, que incapaz se mostrou de adoptar um modelo comunicacional que lhe garanta sistemática presença no quotidiano da Sociedade Civil (resposta que a cultura de discrição da Instituição militar e de cumprimento de missão tornam difícil e que o poder político nada fará para facilitar).

2. Indagar a sociedade da necessidade de Forças Armadas

Importante, relativamente importante, é a segunda questão, pois possível não será voltar a sensibilizar a Sociedade Civil para as questões da defesa, a recuperar a sua necessária e correcta interacção com as Forças Armadas, sem uma profunda, clara e esclarecida reflexão, no seu seio, sobre a necessidade de Forças Armadas.

E, a propósito, legítimo é indagar-se sobre a sua real necessidade, sabendo-se, como se sabe, que as Forças Armadas dos pequenos países não podem mais garantir a independência dos seus Estados, assegurar a componente externa da sua soberania. Na verdade, e como afirma Brezinski, a independência - a liberdade real - na ordem externa exige larga soma de recursos demográficos, económicos, científicos, tecnológicos, culturais e militares. Um só país está em condições para em absoluto responder a tais exigências: os Estados Unidos da América (o Iraque encarregado se tem de demonstrar que talvez não seja bem assim); outros há, poucos, que condições têm para responder aproximativamente a tais exigências (Rússia, China, Japão).

Em Portugal, as Forças Armadas jamais poderão conferir ao Estado inteira liberdade de acção na ordem externa. Legítimo e importante seria discutir publicamente, no seio da Sociedade Civil, se importa ou não manter Forças Armadas. Em caso afirmativo, para quê (propósito e finalidade), com quê (dimensão e meios) e com que custos, e com que tipo de relação do Estado e Sociedade Civil com as Forças Armadas.

Creio que a história, mesmo a recente, mostra bem quão importante e necessárias são as Forças Armadas, mesmo considerando o papel das Forças de Segurança.

Como testemunho demonstrativo da importância e necessidade das Forças Armadas invocar se poderá:

1. O papel das Forças Armadas no PREC, nomeadamente na reabilitação da moral e da eficácia das Forças de Segurança;

2. O papel das Forças Armadas e utilização, ou sua participação, em missões internacionais (no Kosovo, como moeda de troca no apoio internacional à questão portuguesa de Timor);

3. A utilização das Forças Armadas, em 1998, na recolha dos cidadãos nacionais em situação precária na Guiné Bissau e na ajuda, ao povo e Estado daquele país;

4. A utilização em missões internacionais, como instrumento de potenciação da nossa presença e acção externas;

5. O seu emprego em situações de calamidade pública. Em Nova Orleães os EUA recorreram às Forças Armadas, dada a inteira disponibilidade do seu pessoal e dados os meios operacionais de que dispõem.

3. Definir as missões e os meios das Forças Armadas

Quanto à terceira questão, se a Sociedade Civil decidir que necessárias lhe são as Forças Armadas, indispensável é que bem e esclarecidamente aceite as missões que lhes forem atribuídas e que bem saiba e concorde com os meios, materiais e imateriais, necessários que lhe devam ser atribuídos para que os comandos disponham das condições necessárias e suficientes - para que disponham de uma sensível, fiel e autêntica condição militar - para bem respeitarem e fazerem respeitar a ideologia formal das Forças Armadas (unidade/hierarquia/ disciplina), para que tenham força institucional, moral e prestígio (liderança), enfim, para que as Forças Armadas que comandam sejam um instrumento de segurança nacionalmente confiante, em todas as situações, quer nas de paz, quer nas de conflito.

4. Quem deverá decidir a utilização das Forças Armadas em guerras ofensivas

Quanto à última questão, a guerra, como bem no lo demonstra a história, é consubstancial ao género humano. Guerras houve que foram justas, segundo o próprio conceito formulado por João Paulo II (conceito válido, cuja aplicação na actualidade o terá levado - talvez historicamente o primeiro a fazê-lo - a pedir a intervenção militar por *razões humanitárias*).

Muitas foram, no mundo e mesmo entre nós, as guerras injustas que se teriam podido evitar sem que a nossa essencialidade, em matéria de valores e de interesses, tivesse sido danificada.

Mas, pelas guerras injustas raramente, muito raramente, são responsáveis as Forças Armadas. Responsáveis são quase sempre os políticos, pois as guerras são geradas por situações de incomunicabilidade entre Estados, ou entre Estados e grupos organizados (o terrorismo), quando se esgotaram, ou se afirmaram esgotadas, todas as mediações, conciliações e arbitragem.

Mas, se a guerra é questão demasiado séria para se deixar à decisão dos militares, muito séria é, ainda, para se deixar ao livre arbítrio dos políticos. Dessa magna decisão - magna pelos efeitos possíveis e pelas consequências imprevistas - alhear se não devem as sociedades. E não devem até, e como disse Kant, porque ao chefe político a guerra nada custa (porque não a paga nem a sofre). Só ao povo, porque "a paga" e sofre, deverá caber "voto decisivo sobre se deve ou não haver guerra"⁴.

* * *

Felicito a Comissão Executiva do XV Encontro Nacional dos Combatentes, a Revista Militar e a Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional, promotores desta reflexão e organizações credenciadas da Sociedade Civil, pelo interesse da própria reflexão e pelas suas consequências possíveis na mobilização do interesse geral dos cidadãos por estas questões de segurança e defesa.

1 *TOURAINÉ, Alain- Qu' est-ce que la démocratie?. Paris: Fayard, 1994. p. 24*

2 *GRIMALDI, Nicolás - Observaciones de un ciudadano sobre el carácter engimático da le sociedad civil. In Alvira, Rafael et ali., ed. - Sociedad civil. la democracia y su destino. Pamplona: EUNSA, 1999 (col.Filosofica, nº 144). p.22*

3 *GRIMALDI, Nicolás - Observaciones de un ciudadano sobre el carácter engimático de la sociedad civil. p.22.*

4 *KANT, Immanuel - A paz perpétua e outros opúsculos. p.99.*